

PROGRAMA DE DISCIPLINA - 2025-2

CÓDIGO: IH 1543 CRÉDITOS: 03	NOME DA DISCIPLINA: Tópico Especial em NCS: Convenções Globais do Meio Ambiente
DIA: 2ª Feira HORÁRIO: 9:20-12:50	PROFESSOR RESPONSÁVEL: PETER MAY

CATEGORIA	(<input type="checkbox"/>) Obrigatória Mestrado (<input type="checkbox"/>) Fundamental Mestrado (<input checked="" type="checkbox"/>) Específicas de linha de pesquisa	(<input type="checkbox"/>) Obrigatória Doutorado (<input type="checkbox"/>) Fundamental Doutorado (<input type="checkbox"/>) Laboratórios de Pesquisa
-----------	--	---

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Partindo da ótica da ciência política internacional e o contexto de interdependência no sistema mundial moderno capitalista, a disciplina analisa os fatores na economia, sociedade e meio ambiente global que levaram à formação de regimes temáticos em convenções globais desde Estocolmo (1972), estabelecendo o arcabouço institucional internacional para a gestão de recursos comuns, e avaliar através de estudos de caso as repercussões das convenções do Rio na gestão ambiental nacional.

EMENTA:

O meio ambiente no contexto do sistema capitalista mundial numa evolução histórica: a ideologia do progresso e a dominação da natureza. Sociedade de risco, o papel da Ciência, e as comunidades epistêmicas. Governança do regime global de gestão ambiental: “soft law” e a construção de consenso em torno de regimes (e “não-regimes”). Articulação e disputas entre as redes globais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua expressão programática a caminho ao Rio-92. A negociação das convenções quadro e protocolos globais da biodiversidade e do clima, com ênfase nos acordos sobre Biossegurança, Acesso e Compartilhamento dos Benefícios (ABS), e entre o MDL e de REDD+, e as implicações do Acordo de Paris no caso do clima. Os instrumentos e instituições de gestão ambiental e de financiamento internacional do desenvolvimento sustentável e suas repercussões nacionais e locais. A arquitetura dos acordos e os fatores que afetam a sua eficiência, eficácia e equidade assim como seu “fit” com os instrumentos de implementação de políticas ambientais nacionais e locais. Instrumentos de gestão ambiental nacionais comparados e sua compatibilidade com as convenções globais do meio ambiente. Contradições e paralelos entre a liberalização do comércio, dos fluxos de bens e serviços ambientais, e o sistema financeiro mundial. Decrescimento e crise – oportunidade para fortalecimento de um novo paradigma? As propostas para um Green New Deal e Economia “Verde”, e as perspectivas para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. As lições obtidas com o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Vulnerabilidade às zoonoses e o risco de novas pandemias. Bioeconomia e estratégias para uma “nova economia”.

METODOLOGIA DAS AULAS:

Palestra do professor responsável e de convidados, com diálogo e apresentação de textos pelos alunos, além da utilização de materiais audiovisuais.

FORMA DE AVALIAÇÃO:

- (1) Apresentação na sala de aula em PowerPoint, resgatando a negociação de um dos acordos do Rio 92, considerando suas ramificações nos países em desenvolvimento, e inserindo o debate travado na articulação de prioridades globais na realidade socioambiental do seu país (40%).
- (2) Trabalho final de 15 a 20 páginas, analisando um dos temas de política ambiental global discutidos ao longo do curso, desde o ponto de vista das contradições no cumprimento com estes objetivos na formulação, implementação e/ou avaliação de políticas nacionais para o desenvolvimento sustentável (60%).
- (3) Leitura e participação ativa em discussão durante a disciplina (qualitativa).

PROGRAMA DE AULAS E BIBLIOGRAFIA:Leituras Obrigatórias

ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. Planeta Sustentável, 2012.

ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

DIMITROV, R.S. *Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance*. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006.

KECK, M.E. & SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell U. Press, 1998.

MARTINEZ-ALIER, J. *El ecologismo de los pobres: Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Içaria, 2004. Cap. XI

REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. Routledge, 1987. Cap. 8: Frontiers of Sustainability.

YOUNG, O. *The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

Programa e Leituras Complementares (Leituras obrigatórias marcadas com *)

1-Introdução à disciplina, expectativas, demandas, perguntas - 04/08 (remota)**2- As dimensões institucionais da governabilidade da mudança global - 11/08 (remoto)**

*LEIS, H.R. *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.* CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo.

*FISCHER-KOWALSKI, M. Analyzing sustainability transitions as a shift between socio-metabolic regimes. *Environmental Innovation and Social Transitions* 2011 Jun; 1(1): 152–159.

MURADIAN, R., WALTER, M. e MARTINEZ-ALIER, J. Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: Implications for resource-rich countries. *Global Environmental Change* 22 (2012) 559–56.

*YOUNG, O. *The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale.* Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models; YOUNG, O., et al. *Institutions and Environmental Change: Principal Findings, Applications, and Research Frontiers*, 2008. Summary for Policymakers.

LÉNA, P. e ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil no Antropoceno. In: May, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2018.

3- Progresso e incerteza científica no regime global de governança ambiental - 18/08 (presencial)

*DIMITROV, R.S. *Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance.* Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006. 29

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 95-112.

FORSYTH, T. *Critical political ecology; the politics of environmental science.* Londres, Routledge, 2003. Capítulo 1.

*FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997.

4- Comunidades epistémicas e disputas entre atores na governança ambiental global – 25/08 (presencial)

*CASTELLS, M. “O ‘verdejar’ do ser: o movimento ambientalista”. In: *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

*HAAS, P. Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization* 46: 1-35, 1992.

- * KECK, M. e SIKKINK, K. 2002. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal*. 1999: 89-101.
<https://doi.org/10.1111/1468-2451.00179>. (Baseado em KECK, M.E. & SIKKINK, K. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell U. Press, 1998.)
- *MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.

5- De Estocolmo ao Rio, via Brundtland – desenvolvimento sustentável para quem? Das Negociações do Rio ao Rio+20: Metas do Milênio, ODS e Agenda 2030 – 01/09 (presencial)

Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987. [capítulos 1 a 3]

*CORRÊA DO LAGO, A.A. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*, Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Capítulo 3: O discurso brasileiro nas três conferências: a evolução da expressão das prioridades nacionais Conclusões: 219-227.

*REDCLIFT, M. *Sustainable development: exploring the contradictions*. Routledge, 1987. Cap. 8: Frontiers of Sustainability.

ONU, The 2030 agenda for sustainable development, 2015.

GUIMARÃES, R. Rio+10 ou Rio-30? Crônica de um fracasso anunciado: desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe desde a Rio-92 e a partir de Joanesburgo-2002. mimeo. Santiago: CEPAL, 2002.

Webinário - BRICS Policy Center: 23/09/22 “Rio+30 ou Estocolmo+50: Porta para o futuro ou de volta ao passado? Keynote: André Corrêa do Lago; Iara Pietricovsky (INESC) e Paulo Esteves (MAPI) – https://www.youtube.com/watch?v=5xJ_nTGuWek

6- Apresentação dos trabalhos iniciais dos alunos -- 08/09 (remota desde ECOECO-Acre)**7- A Convenção de Biodiversidade: Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos In Situ – 15/09 (presencial)**

ABRAMOVAY, R. et al., The new bioeconomy in the Amazon: Opportunities and challenges for a healthy standing forest and flowing rivers. In: *The Amazon We Want. Science Report on the Amazon*, 2021.

CDB. A Convenção sobre Diversidade Biológica.

DIAS. B. 25 Anos de Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Apresentação. 2021.

MAY, P. e VINHA, V. A biodiversidade e a governança verde no Brasil: soluções inovadoras na gestão dos recursos para a conservação e equidade. *Desenvolvimento em Debate* 3(2): 89-110, 2010.

MMA, 6º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. 2023.

DASGUPTA, P. The Dasgupta Report on the Economics of Biodiversity, 2020.

22/09 -- 8- A Convenção do Clima: Do Protocolo de Quioto ao Acordo de Paris - Responsabilidade Comum, porém Diferenciada (remota desde Maceió)

IPCC AR6, WG1: Resumo Comentado do Relatório do IPCC aos Policymakers, Observatório do Clima, 2021. https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/08/OC-IPCC-AR6-FACTSHEET_FINAL.pdf

*BASSO, L. e VIOLA, E. Para onde vão os BRICS na transição de baixo carbono? Revista do CEBRI, Ano 1 / Nº 4 / Out-Dez 2022, p. 128-158. <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/82/103>

STERN, N. Relatório Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas. (The Stern Report), Governo do Reino Unido, 2006 (Resumo em português).

KETCHAM, C. When Idiot Savants do Climate Economics. *The Intercept*.
<https://theintercept.com/2023/10/29/william-nordhaus-climate-economics/#:~:text=William%20Nordhaus%2C%20who%20turned%2082,the%20world's%20most%20consequential%20thinkers>. Oct. 29, 2023.

STIGLITZ, J.; STERN, N. et al. Report of the high-level commission on carbon pricing. Banco Mundial, 2017.

Entrevista com Joseph Stiglitz e Nicholas Stern sobre proposta de precificar carbono:
<https://www.worldbank.org/en/news/video/2017/05/31/interview-with-nobel-laureate-joseph-stiglitz-and-lord-nicholas-stern>

29/09 -- 9. Transição para Economia Verde, Decrescimento e os Green Deals pós-COVID-19, Ucrânia e o choque de 2022 (remota)

ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. Planeta Sustentável, 2012.

DORNINGER, C., HORNBORG, A., ABSON, D. J., VON WEHRDEN, H., SCHAFFARTZIK, A., GILJUM, S., ENGLER, J. O., FELLER, R. L., HUBACEK, K., & WIELAND, H. (2021). Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century. *Ecological Economics*, 179, Article 106824.
<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106824>

EC. Delivering the European Green Deal, 2021. https://ec.europa.eu/clima/eu-action/european-green-deal/delivering-european-green-deal_en

FARLEY, J. et al., "Monetary and Fiscal Policies for a Finite Planet," *Sustainability* 2013, 5(6), 2802-2826; doi:10.3390/su5062802

- KALLIS, et al., Research on degrowth. Annual Review of Environment and Resources., 2018.
- OCASIO-CORTEZ, A. H.Res.332 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal.117th Congress (2021-2022). <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-resolution/332>
- OECD (2022), OECD Economic Outlook, Interim Report March 2022: Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/4181d61b-en>.
- UNEP. Steps toward a Green Economy. Nairobi, PNUMA, 2011. Summary for Policymakers.

06/10 - 10. Regulação de Emissões e Energia Renovável – 0069 (remota desde Maceió)

- D'AVIGNON, A. Energia, inovação tecnológica e mudanças climáticas. In: May, P.H. (org.) Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio: Elsevier/ECOECO, 3^a Edição, 2018.
- BRASIL. Política Nacional das Mudanças Climáticas. Brasília, instituída pela Lei nº 12.187, 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010.
- LACLIMA, 2022. Propostas para superar os desafios jurídicos da descarbonização no Brasil até 2030. São Paulo, Brasil.
https://www.researchgate.net/publication/365611161_Propostas_para_superar_os_desafios_juridicos_da_descarbonizacao_no_Brasil_ate_2030
- UNFCCC. Acordo de Paris, 2015; https://www.gov.br/mcti/pt-br/accompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf
- BRASIL. Nationally Determined Contribution, Paris Climate Accord.
- BRASIL. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: sumário executivo / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2016.
- DI GREGORIO, M., FATORELLI, L., PAAVOLA, J., LOCATELLI, B., PRAMOVA, E., NURROCHMAT, D. R., MAY, P. H., BROCKHAUS, M. E SARI. Multi-level governance and power in climate change policy networks. *Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions*, v.54, p.64 - 77, 2019.

13/10 - 11- A Economia Política de Florestas nas Negociações da UNFCCC – 13/10 (presencial)

- FEARNSIDE, P. Saving tropical forests as a global warming countermeasure: an issue that divides the environmental movement. *Ecological Economics* 392: 167-184, 2001.
- MAY, P., MILLIKAN, B., GEBARA, M.F. e MUCILLO, L. *O contexto de REDD+ no Brasil*, CIFOR, Bogor, Indonésia, 2a Edição. 2015.
- BÖRNER, J. et al. Direct conservation payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. *Ecological Economics*, abril, 2010.

CORBERA, E., et al. Rights to forests and carbon: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica.
Forests, 2011.

GIZ/PNUD/MMA/etc. Pagamentos por resultados de REDD+, 2021.

29/10 12. Acesso e Compartilhamento Equitativo dos Benefícios da Bioeconomia

ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

CDB, Protocolo de Nagoya e Metas de Aichi. 2010.

LIMA, A. e BENSUSAN, N. *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: Documentos ISA 8, 2003.

- 27/10 13. (remota)- Finalização e apresentações sobre os trabalhos finais dos alunos